



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
CURSO DE HISTÓRIA**

**HELAINÉ WELMA LIMA FELINTO**

**A PERCEPÇÃO DOS SURDOS COM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE POMBAL-PB**

**CAJAZEIRAS – PB  
2013**

**HELAINÉ WELMA LIMA FELINTO**

**A PERCEPÇÃO DOS SURDOS COM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE POMBAL-PB.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como exigência para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Prof<sup>o</sup>.: Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas

**CAJAZEIRAS – PB  
2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

F315p Felino, Helaine Welma Lima  
A percepção dos surdos com relação às políticas da educação inclusiva na cidade de Pombal/PB./ Helaine Welma Lima Felino. Cajazeiras, 2013.  
49f. : il.

Orientadora: Nozângela Maria Rolim Dantas  
Monografia (Graduação) – UFCG/CFP

1. Educação Inclusiva. 2. Políticas na Educação.  
3. Surdos. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim.  
II. Título.

UFCG/CFP/BS  
CDU-376

Deficiente é que não consegue modificar a sua vida, aceitando as imposições dos outros e da sociedade, ignorando que é o dono do seu destino...

Mário Quintana

Aos meus pais, Gilson e Brígida, maiores  
incentivadores dos meus estudos desde  
os primeiros passos.

Dedico

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Deus da minha vida, que até aqui me sustentou e capacitou, para que eu pudesse desfrutar de forma plena de tudo que Ele tinha reservado para mim, durante minha vida acadêmica.

Aos meus pais, muito obrigada por não medirem esforços para formação acadêmica de mais um filho. Pela dedicação e incentivo na busca pelo conhecimento, presente desde os primeiros passos da minha vida escolar. A vovó Edite e meu irmão Heber pela presença constante, e a todos os meus familiares pelo apoio.

Aos meus amigos da jornada acadêmica: Akalyany, Jackielyda, Dellanny, Maria do Socorro, Welly, Elânia, Marly, Evandy, Niara, Solange, Diego, pelos desafios e momentos de descontração compartilhados. E também aos meus amigos, mais chegados que irmãos: Ananias, Joama, Shara, Jairo, Priscila, Meury, Crislayne, pelas palavras de estímulo e auxílio.

Agradeço aos membros da comunidade surda de Pombal-PB, pela paciência e apoio, em especial a minha instrutora Maria do Socorro de Sousa Martins pelo carinho e incentivo demonstrado.

À minha querida orientadora Nozângela Rolim, pela disposição para me guiar, pelo incentivo para realização desse trabalho, por acreditar e insistir em mim até nos momentos nos quais, eu mesma duvidei da minha capacidade.

Por fim, quero agradecer a todo corpo docente e aos funcionários da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cajazeiras (UFCG), pelas instruções e por me ajudarem a tornar esse sonho uma realidade.

Obrigada por tudo!

## RESUMO

Este estudo investigou sobre a percepção dos deficientes auditivos, da cidade de Pombal/PB, sobre as políticas educacionais da inclusão e as principais dificuldades enfrentadas pelos surdos no processo educativo. Buscou-se também fazer um levantamento bibliográfico acerca do processo histórico dessas políticas para averiguar o quadro de evolução no atendimento, acolhimento e socialização da pessoa com deficiência auditiva. Além desses fatores, destaca-se também o papel do intérprete, do professor e da importância da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para o processo de ensino e aprendizagem dos surdos. Observou-se que essa população vivencia a exclusão no âmbito escolar e as escolas do ensino regular não estão preparadas para receberem os alunos com necessidades educativas especiais, devido à falta de preparação de seus profissionais, metodologia inadequada e excessiva cobrança da língua portuguesa com relação à LIBRAS, excluindo de seus trabalhos a proposta do bilinguismo.

Palavras-chave: Surdos, educação, inclusão.

## **ABSTRACT**

This study investigated about the perception of the hearing impaired, of the city of Pombal/PB on the educational politics of inclusion and about the main difficulties faced by deaf people in the educational process. It also searched to have a bibliographical survey about the historic process of those politic to check the board of evolution in attendance, reception and socialization of person with hearing impairment. In addition to those factors, it is important to point out the role of interpreter too, of the teacher and of the importance of the Brazilian Sign Language – Libras for the teaching-learning process of the deaf. It was noted that these population experiences the exclusion in the school context and schools of regular education are not prepared to receive students with special educational need, due to the lack of their professionals preparation, of inappropriate methodology and of excessive charging of the Portuguese language with regard to Libras, excluding of their works the bilingualism proposal.

Keywords: Deaf, education, inclusion.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	8
2 INCLUSÃO NO BRASIL .....	10
2.1 Educação especial e a sua trajetória.....	15
2.2 A inclusão na Paraíba .....	25
3 METODOLOGIA.....	31
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4.1 Inclusão escolar (aspectos positivos e negativos).....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS .....	46
ANEXO.....	48

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil e no mundo, muito se tem discutido sobre a inclusão social de pessoas com necessidades especiais, principalmente as dos deficientes auditivos, que aos poucos vêm conquistando espaços e direitos, como o de frequentar uma escola de ensino regular, serem acompanhados por intérpretes nos ambientes de aprendizagem.

De início, Segundo Mazzotta (2005) na década de 50, do século passado, essa ideia de integração correspondia apenas a uma ação social, na qual alguns deficientes eram atendidos com serviços que possibilitavam certas habilidades de socialização com os demais membros dessa comunidade, com atendimento médico-pedagógico, entre outros benefícios. Só anos mais tarde, conforme o mesmo autor, o processo de integração entre o sistema educacional e as associações de surdos, que objetivavam apenas a profissionalização e a educação literária, vai se efetivar e a preocupação com a educação integral do surdo se transformará numa realidade de direito.

A Educação Especial é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Art. 58, como “modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”. Para tanto, essa lei que vai ao encontro das pessoas com deficiência, surge na tentativa de socializá-los com os demais alunos ditos “normais” em um único ambiente, nas escolas de ensino regular.

Mas esse processo não se deu de modo tão simples, pois em meio a essas conquistas houve lutas e dificuldades encaradas na defesa da cidadania e do direito à educação dessas pessoas com deficiência. Esses embates não foram enfrentados apenas pelos deficientes, mas também por seus familiares e algumas instituições privadas que colaboraram com essa causa para que os surdos hoje se encontrem numa situação mais “favorável”.

Outra dificuldade enfrentada diz respeito aos governantes, que por meio das políticas públicas estabelecem leis para facilitar o processo de adaptação social e educacional dos deficientes, porém, nas escolas não são contempladas com ações efetivas.

Este estudo buscou mostrar à sociedade como tem se dado a inclusão de alunos surdos nas escolas de ensino regular e nas instituições federais do município

de Pombal/PB, a partir das perspectivas de alguns deficientes auditivos. Eles relatam suas principais dificuldades com relação às políticas da educação inclusiva e como têm enfrentado os obstáculos e desafios dessa proposta de inclusão.

Sendo assim, esse trabalho procura no primeiro capítulo, apresentar um breve relato histórico sobre como se deu as primeiras iniciativas de educação e tratamento do deficiente auditivo até a sua inserção na sociedade.

No segundo, traça-se o percurso metodológico que delineiam os passos percorridos para a coleta dos dados.

Por fim, o terceiro capítulo, trata das análises dos dados coletados por meio de entrevistas com pessoas deficientes auditivas que vivenciaram as dificuldades nas escolas especiais e regulares até chegarem ao contexto atual de educação inclusiva.

## 2 INCLUSÃO NO BRASIL

Nos últimos anos, no Brasil e no mundo, muito se tem falado sobre inclusão social. Debates acerca desse assunto vêm sendo realizados em todos os veículos de comunicações como jornais, revistas, televisão, redes sociais, universidades, escolas, instituições públicas e privadas, chamando a atenção da população e dos órgãos governamentais para a necessidade de incluir as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade.

Dentro deste contexto, no Congresso Nacional, essas discussões passaram a ser alvo de protestos, levando alguns políticos a se sensibilizar com essa causa. Sendo assim, surgiu a necessidade da criação de leis e decretos em favor da pessoa com deficiência, até então excluída socialmente.

O assunto deixou de ser uma discussão isolada de certos grupos que, de algum modo, possuíam algum vínculo com essas pessoas desprovidas de atenção mais específica devido à sua deficiência, para se tornar uma preocupação de âmbito nacional e internacional.

Todavia, para compreender melhor a atual conjuntura desse movimento, que envolve a pessoa com deficiência, em especial aqueles que têm a deficiência auditiva, faz-se necessário uma retrospectiva a alguns fatos do passado referentes a esse assunto e exaustiva reflexão sobre a trajetória educacional desses sujeitos. Há evidências de diversas modificações ocorridas ao longo do tempo, desde a antiguidade até a atualidade, concernentes à compreensão de educação inclusiva, no seu sentido mais amplo.

Na antiguidade, em um breve recorte histórico, para os gregos e romanos, os deficientes auditivos eram tidos como seres incompetentes, incapazes de se desenvolver mentalmente pelo fato de não poderem se expressar verbalmente, por isso eram isolados dentro do contexto social.

Já na Idade Média a situação não era diferente. Devido às questões religiosas, os surdos, por compaixão, eram deixados viver, mas também eram privados do convívio social, por medo ou vergonha de seus familiares devido às represálias provenientes da sociedade que vivia sob o jugo da Igreja que impunha suas regras de “normalidade” e de santidade.

Em seguida, na Idade Moderna, os surdos passaram a receber instruções básicas para ler e escrever, por meio de condições criadas por educadores como o

alfabeto manual do Pe. Pedro Ponce de León (1510-1584) e do método desenvolvido por Juan Pablo Bonnet (1579-1633) que associava a mímica a leitura labial (COSTA,1994) entre outros.

As práticas de ensino centralizavam-se no Oralismo, criado pelo educador alemão Heinecke, que proporcionou ao surdo maior “autonomia” e representação social. O Oralismo baseava-se na comunicação oral que se dava por meio da leitura labial e os mantinham iguais aos ouvintes (CAVALCANTE, FARIA, 2010).

No entanto, a preferência dos professores ouvintes para o ensino dos deficientes auditivos era a língua de sinais inventada pelo abade Charles M. Eppée, em Paris, no ano de 1770.

Segundo Faria e Cavalcante (2010, p. 90):

Somente a partir da década de 60 deste século a língua de sinais começou a ser (re)conhecida especialmente depois dos trabalhos de William Stokoe, linguista americano, que retomou a questão dos sinais e apresentou a língua de sinais, como uma língua legítima, com estrutura própria.

Nessa perspectiva, o uso de mímicas passou a se configurar como “expressão do pensamento por meio de gestos ou de trejeitos faciais” (CEGALA, 2005, p.582), enquanto que o Oralismo correspondia a um ensino baseado na comunicação oral, ou seja, na leitura labial. Essa forma de comunicação foi implantada em 1880 no Congresso de Milão, onde se “declarou a superioridade do método oral puro sobre o uso de sinais o que provocou uma grande polêmica entre professores ouvintes e surdos [...]” (CAVALCANTE, 2010, p. 89).

A leitura labial serviu por muito tempo para o ensino dos surdos, pois aquele que conseguia utilizar esse modelo era considerado apto para conviver na sociedade e no âmbito escolar, mas ele não servia para educar os surdos e sim, obrigá-los a se comunicar (CAVALCANTE, 2010). Isso só demonstra que o surdo deveria se adaptar às convenções sociais impostas para poder ser aceito pela sociedade, ou então tinha que viver sob o jugo da discriminação.

Outro modelo que vale ressaltar é o bilinguismo. Nesse modelo o surdo adquire sua língua materna: a gestual e como segundo idioma a língua oficial do seu país de origem. Esses dois dialetos deveriam ser usados de maneira simultânea, tanto na modalidade oral como na escrita. Aos poucos, esse método tem garantido espaço na educação da pessoa com deficiência auditiva, já que oferece melhores condições

para comunicação entre eles e com a sociedade em geral, tendo o cuidado de preservar sua identidade, reforçando o uso da língua de sinais para transmissão de informações.

Sendo assim, a importância do bilinguismo<sup>1</sup> se dá devido o não encarceramento do surdo em uma única língua. Afinal, o surdo monolíngue que utiliza apenas o alfabeto manual para se comunicar acaba se restringindo e limitando-se exclusivamente a sua comunidade, pois são os únicos que conseguem codificar suas mensagens, impossibilitando a sua comunicação com os demais.

Essas técnicas foram desenvolvidas no decorrer da história na tentativa de facilitar ou não o desenvolvimento escolar e social do surdo. O oralismo e a comunicação total na prática enfatizavam o uso da língua oral, já o método bilíngue habilita o surdo a se expressar utilizando tanto a modalidade escrita como a oral, facilitando sua participação na aula e auxiliando-o como ser social.

Mazzota (2005) complementa o processo histórico enfatizando em seus escritos que a maioria das iniciativas de integrar os surdos na sociedade se deu por intermédio de instituições particulares. Estas recebiam ajuda financeira do governo, como por exemplo, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, fundado por D. Pedro II em 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro. Esse Instituto, no início de suas atividades, oferecia apenas cursos profissionalizantes e uma educação básica que enfatizava a Língua Portuguesa e os conhecimentos da Matemática essenciais para serem alfabetizados. Além disso, fornecia atendimento médico, fonoaudiólogo, psicológico e assistência social.

Segundo Mazzota (2005), outro ponto importante para a educação do surdo se deu em 1970, com o “Instituto Santa Terezinha”. Essa instituição passou a integrar alunos surdos no ensino regular, representando um passo muito importante na aquisição de maior autonomia do surdo na sociedade, fazendo com que os mesmos saíssem da condição de isolamento imposto pela sociedade.

No entanto, para Mazzota (2005, p. 16), a sociedade não vê o surdo como uma pessoa digna da convivência entre seus pares. A maioria das iniciativas como do “Imperial Instituto dos Surdos-mudos” e o “Instituto Santa Terezinha” foram ações

---

<sup>1</sup> O pressuposto que norteia esse modelo é que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, ele deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural do surdo e, como segunda língua, a língua oficial de seu país na modalidade oral e/ ou escrita.

isoladas provenientes de particulares e com recursos públicos, não abrangendo o todo da sociedade. Isso fica claro quando ele afirma que,

[...] Por outro lado, observava-se que um consenso social pessimista, fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de “incapacitado”, “deficiente”, “inválido” é uma condição imutável, levou a completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender as necessidades individuais específicas dessa população.

Essa ideia de cidadania existente nos dias atuais, observada na afirmação de Mazzota (2005), faz parte de uma mudança no “consenso social” durante o processo histórico. Isso se confirma quando Mazzota (2005, p.15) afirma que “a defesa da cidadania e o direito a educação das pessoas portadoras de deficiência são atitudes muito recentes em nossa sociedade”.

Para tanto, a história da Educação não trazia nenhuma informação acerca do atendimento educacional dos surdos, até então o deficiente era compreendido como um ser “incapacitado”, “inválido” e de “condição imutável”, que o impossibilita de atuar como um ser capaz de realizar atividades iguais a de qualquer outra pessoa. Os deficientes auditivos, pelo fato de serem “diferentes” para época não eram considerados “normais”, o que predominava era a ideia pregada pela igreja de um ser perfeito e sem máculas, criado à semelhança do seu criador.

Conforme afirma Mazzota (2005, p. 16),

A própria religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana.

E para que essa condição fosse modificada e chegar ao que entendemos hoje por Educação Especial e inclusiva, a sociedade ainda teria que modificar determinados conceitos relacionados aos valores, crenças, ideias e sobre a perspectiva que vê a pessoa com deficiência inculcada na sociedade a séculos. Isso se deu a partir de alguns movimentos sociais na tentativa de modificar a essa realidade que não era favorável a esse grupo de excluídos. Realidade essa que Mazzota (2005, p. 16-17), denomina de “clima social”:

Assim, somente quando o “clima social” apresentou as condições favoráveis é que determinadas pessoas, homens ou mulheres, leigos ou profissionais,

portadores de deficiência ou não, despontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, impulsionar, propor, organizar medidas para o atendimento às pessoas portadoras de deficiência. Esses líderes, enquanto representantes dos interesses e necessidades das pessoas portadoras de deficiência, ou com elas identificados, abriam espaços nas várias áreas da vida social para construção de conhecimento e de alternativas de atuação com vistas à melhoria das condições de vida de tais pessoas.

Para tanto, para o autor as conquistas recentes desse grupo minoritário se deram com o auxílio de pessoas denominadas por ele de líderes que conseguiam sensibilizar e mobilizar boa parte da população para essa causa, criando as condições que favoreciam o progresso dos surdos na sociedade, com igualdade de direito.

A mobilização desses pais e cooperadores em busca de melhorias para o cotidiano das pessoas com deficiência, fez com que aos poucos pudéssemos notar avanços na trajetória educacional dos surdos. Antes a maioria deles recebiam instruções em suas casas, para que tivesse acesso a única modalidade de ensino da época que era a das escolas regulares. Seus pais eram obrigados a enfrentar diversos conflitos com os funcionários das instituições de ensino, que não acreditavam na capacidade que as pessoas com deficiência tinham de aprender e progredir na vida escolar (CUNHA et al, 2011).

Com a criação das escolas com o ensino voltado ao atendimento dessa clientela, alguns educadores se debruçaram a pesquisar sobre essa nova modalidade de ensino. Apesar do pouco conhecimento sobre o assunto, ao desenvolverem seus projetos tiveram o cuidado de adequar seus métodos de ensino e avaliação conforme as especialidades (MEC, 2006).

Fazê-los se sentirem a vontade nesse novo âmbito de ensino era um dos obstáculos a ser superado por todo corpo docente e pelos pais, estes como os maiores defensores da ideia de que as pessoas com deficiência também deveriam ter acesso à sala de aula.

Com a Lei Federal nº 7.853, D.O.U. 25/10/1989, que define sobre o apoio e integração social da pessoa com deficiência, torna-se garantida a inserção do deficiente auditivo no sistema educacional, como qualquer cidadão dito normal.

Logo essa lei passou a ser uma conquista também para os pais pelo fato de não precisar recorrer com tanta frequência aos meios legais para que esse direito fosse efetivado. Isso fica claro no Art. 8º, inciso I da mesma lei, quando afirma que

“Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;”

Em cumprimento às leis que beneficiam as pessoas com deficiências, as escolas passaram a reorganizar seus quadros de professores e estruturas físicas; contratar intérpretes e instrutores para facilitar e intermediar a aprendizagem desses alunos.

Todo esse processo no âmbito educacional vem acontecendo de forma lenta e gradual. Sendo aperfeiçoado, ganhou espaço nas áreas de ensino, conquistou respeito e admiração na sociedade. Essa nova clientela deixou de ser vista como incapaz e garantiu outra classificação a de “alunos especiais”.

## **2.1 Educação especial e a sua trajetória**

A educação existe de várias formas e pode ser aplicada de diversas maneiras. Segundo Brandão (2007), em alguns casos, ela é aplicada de modo livre, mas em outros, é imposta pelo sistema centralizador de poder, sendo usada, por vezes, como arma que reforça a desigualdade entre os homens.

A educação tem o poder de agregar, segregar e acentuar as diferenças, seja ela social, física, entre outras. Com isso, acredita-se que as escolas são os únicos meios de propagar o ensino e preparar homens para o convívio social.

Para Brandão (2007), a aquisição do saber pode se dar através de relações interpessoais, ou melhor, pela socialização entre crianças e adultos; pela troca de saberes que ocorre fora dos espaços educacionais, onde o ser humano cria e desenvolve técnicas para ensinar e repassar sua cultura.

Conforme o autor supracitado, o processo educacional pode acontecer em qualquer ambiente, porque ninguém escapa dele. Não importa o tipo de ambiente, ele sempre terá algo para ensinar, pois a educação existe mesmo onde não há escolas. Brandão (2007, p. 22) pondera que:

Assim, tudo o que é importante para a comunidade, e existe como algum tipo de saber existe também como algum modo de ensinar. Mesmo onde criaram a escola, ou nos intervalos dos lugares onde ela existe, cada tipo de grupo humano cria e desenvolve situações, recursos e métodos emprega-

dos para ensinar as crianças, aos adolescentes, e também aos jovens e mesmos aos adultos, o saber, a crença e os gestos que os tornarão um dia o modelo de homem ou de mulher que o imaginário de cada sociedade – ou mesmo de cada grupo mais específico, dentro dela – idealiza, projeta e procura realizar

A partir da reflexão desse autor, observa-se que a educação ultrapassa os muros da escola, a partir da troca de saberes entre as pessoas.

Em consulta ao dicionário Cegalla (2005), a educação é definida como “aperfeiçoamento e desenvolvimento das faculdades humanas”. Sendo assim, outra modalidade de muita importância para os dias atuais no contexto educacional se refere à Educação Especial que consiste num “ensino voltado para portadores de necessidades especiais e superdotados”.

Como a educação é um direito de todos, as pessoas com deficiência também têm o “direito de estudar”, “liberdade para aprender, ensinar e pesquisar” (ALVES, 2012, p. 112). Logo, se configuram pessoas que possuem capacidade de atuarem como cidadãos brasileiros.

A escola também tem o seu papel social na construção de um país democrático e humano, fazendo da educação um parâmetro em que todos possam usufruir de seus benefícios.

Nessa perspectiva, “o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha)”, segundo Monte e Santos (2005, p. 11).

A Declaração de Salamanca (1994) foi criada com o objetivo de conceder às pessoas com deficiência o exercício da cidadania, através da integração e socialização, principalmente no campo da educação.

Ao se reunirem os governantes, instituições internacionais, entre outros órgãos, em consonância realizaram mudanças que “contribuíram” para o desenvolvimento da Educação Especial no mundo (MONTE e SANTOS, 2005, p. 11).

A partir de então, as políticas educativas passaram a levar em conta as diversas necessidades e as diferenças individuais dos alunos com deficiência ou que necessitem de um atendimento diferenciado. A escola pública ofertaria os recursos necessários, respeitando as limitações de cada deficiente.

Segundo Seleau (2010), a escola inclusiva nos países europeus foi sendo implantada nas escolas centrais e aos poucos se expandiu para as demais, enquanto

que no Brasil, essa ideia se deu de modo contrário, sendo imposta primeiro por meio de leis e decretos, sem esclarecimentos e nenhuma adequação no sistema de ensino.

Dentro dessa perspectiva, desde 1973, a partir de um Decreto de nº 72.425, de 3 de julho de 1973, cria-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão com a finalidade de promover em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais, pertencente ao Ministério da Educação e Cultura.

Essa determinação fica clara em seu Art. 2º ao afirmar que,

O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade.

Observa-se a partir deste artigo que o ensino da educação especial visava a preparação da pessoa com deficiência para a sua inserção na comunidade, além do “adestramento” daqueles que apresentassem algum “problema de conduta” e “condições adequadas” para o processo de ensino aprendizagem.

Logo após as determinações do governo, todos os estados brasileiros foram obrigados a cumprir com as novas normas da Educação. Sendo criadas escolas especiais com espaços físicos acessíveis, com a presença de intérpretes e educadores surdos competentes linguisticamente para auxiliar na aquisição da Língua de Sinais e atuar como mediador no aprendizado dos conteúdos escolares. Garantindo, dessa forma, a integração desses alunos especiais e o pleno desenvolvimento educacional das pessoas deficientes excluídas desse direito.

A partir de 1986, Mazzota (2005, p. 75) aponta certo avanço em termos de conceito conforme a Portaria CENESP/MEC nº 69, que define normas para o apoio técnico e financeiro, ao afirmar que:

[...] A Educação Especial é tida como parte integrante da Educação visando ao desenvolvimento pleno das potencialidades do “educando com necessidades especiais” em substituição à expressão “aluno excepcional”.

Além disso, a Educação Especial é tida por muitos profissionais da educação como fase preparatória para o ingresso do aluno especial às redes de ensino regular.

Como afirma Pietro (2006), essas escolas especiais têm a função de instruir o surdo para aquilo que é diferente da base curricular do ensino comum e deve atuar como sustentação da aprendizagem do mesmo, ao contrário do que pensa e defende Mantoan (2006).

Para essa autora, é inegável a contribuição dessas instituições de ensino especial na trajetória escolar das pessoas com deficiência. No entanto, ela acredita que as escolas especiais acabam restringindo, segregando e acentuando ainda mais as limitações do aluno que necessita de uma atenção especial, conduzindo-os à exclusão. A esse respeito, Mantoan (2006, p.27) defende que:

O que falta às escolas especiais, como substitutas das comuns é muito mais do que a soma das carências das escolas comuns. Falta-lhes o primordial das escolas, isto é, o ambiente apropriado de formação do cidadão

As diversas transformações ocorreram ao longo do tempo de modo muito lento, para que finalmente se chegasse a esse modelo da educação inclusiva defendido por Mantoan. Mas, na verdade alguns setores da sociedade ainda não se encontram prontos e demonstram ter se acomodado com a exclusão das pessoas com deficiência, corroborando com o processo histórico de exclusão, que persiste no isolamento dessa população do convívio social.

Campbell (2009, p. 27) ao falar sobre a qualidade do ensino destaca que:

A escola ainda não consegue garantir para a maioria, que a ela tem acesso, a aquisição daquelas habilidades e os conhecimentos que seriam a base de uma cidadania capaz de permitir a participação do indivíduo na dinâmica de seu mundo social, seja em termos da cultura, seja em termos do mercado de trabalho.

No que se refere à educação especial, Campbell (2009, p. 134) complementa as reflexões afirmando que,

Muitas pessoas ainda entendem a educação especial como uma modalidade que substitui a escolarização, voltada exclusivamente para crianças com necessidades especiais, ou que significa que essas crianças passariam a infância ou a adolescência em uma escola especializada, convivendo ape-

nas com colegas que tem o mesmo tipo de deficiência e recebendo conteúdos escolares adaptados e terapias.

A educação inclusiva significa, em linhas gerais, um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, em que os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem (GLAT, 2007).

A inclusão social dá o direito a todos os deficientes de atuar na sociedade como cidadão igual aos demais, com os mesmos direitos e deveres, podendo usufruir dos órgãos públicos nela inseridos, legitimando assim seu direito de cidadão.

Diferente do que ocorria no passado, hoje as políticas públicas brasileiras amparam os direitos não só dos surdos, mas também dos demais deficientes.

Na Legislação Brasileira, a partir de 1988, pode-se observar que existe uma série de leis e decretos propulsores de mecanismos que possibilitam a inclusão escolar dos surdos nas escolas de ensino regular. Cavalcante (2010, p.92) sustenta a ideia de que

Os direitos linguísticos dos surdos estão agora amparados pelas políticas que se manifestam através da garantia de acesso e permanência desse aluno dentro das escolas regulares de ensino, embora na prática nem sempre possamos identificá-las

O modelo inclusivista entrou em vigor no ano de 1996. A partir de então, os surdos passaram a ter acesso à educação básica de qualidade e o contato com a sua língua materna através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em todas as escolas da rede de ensino do país. Nessa expectativa, o MEC/SEESP (2001) destaca:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos

Assegurados pelas leis nº9394/96 e também pela lei federal nº 10.436, criada no dia 24 de abril de 2002, que reconhecem a LIBRAS como primeiro idioma da comunidade surda, no qual determina que a língua gestual deve ser aceita e respeita-

da em todo território nacional. Após algumas modificações, o decreto governamental nº5.626 de 22 de dezembro de 2005, determina que as escolas obrigatoriamente devem contar em seu quadro de funcionários com a presença de intérpretes de LIBRAS.

Esses profissionais são necessários para facilitar a comunicação dos deficientes auditivos com os demais indivíduos inseridos, não só no âmbito escolar, mas em todo meio social. O intérprete, mesmo estando em sala de aula, terá de tomar cuidado para não interferir na autonomia do professor titular, que apesar de não saber avaliar seu aluno especial é responsável pelo aprendizado do mesmo.

Segundo Dorziat (2011, p. 53), alguns professores não conseguem atuar normalmente com intérprete em sala de aula e ela aponta duas explicações para essa dificuldade:

[...] alguns disseram sentir-se incomodados, envergonhados, não conseguindo atuar normalmente na presença de um intérprete. Isso nos leva a supor duas explicações para esse incômodo do professor à presença de um intérprete de Libras em sala de aula: para o professor, o intérprete passa a ser alguém a mais em sala de aula, uma pessoa que toma a atenção não somente dos surdos, mas dos demais alunos, podendo prejudicar sua aula; e muitas vezes, o professor sente-se incomodado por pensar que o intérprete pode estar questionando sua metodologia, o conteúdo lecionado, ou mesmo sua capacidade. Isso ocorre, principalmente com novos professores, que se sentem constrangidos.

Contudo, vale salientar que o intérprete, conforme Damázio (2007, p. 49).

[...] é a pessoa que, sendo fluente em Língua Brasileira de Sinais e em Língua Portuguesa, tem a capacidade de verter em tempo real interpretação (Simultânea) ou, com um pequeno espaço de tempo (interpretação consecutiva), da Libras para o Português ou deste para a Libras. [...].

A educação inclusiva exige das instituições de ensino mudanças radicais na vida dos surdos e no âmbito escolar, modificando algumas práticas pedagógicas que vigoram desde 1.500, enraizadas ao tradicionalismo dos Jesuítas. Isso se configura como grande barreira para a aprendizagem dos surdos.

Para que a inclusão ocorra de modo natural sem restrições, a escola precisa disponibilizar de profissionais capacitados para atuar nessa nova realidade educacional mediante a diversidade de alunos com necessidades especiais, na tentativa de incluí-los num mundo que também é deles.

Na realidade é preciso transformar toda a estrutura de ensino: projetos políticos pedagógicos, recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino para que os docentes possam avaliá-los de acordo com os conteúdos que deverão ser ministrados em sala de aula.

Segundo a LDB, em seu Art. 59 os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;”.

Conforme Mantoan (2006), para que a inclusão aconteça de forma eficaz deve ser realizado um trabalho de “ressignificação”, ou seja, a escola precisa rever seus (pré)conceitos, paradigmas, postura diante do aluno com deficiência auditiva, além de adotar outras mudanças que viabilizem a permanência, a aprendizagem e a socialização do aluno especial.

Essas mudanças teriam de ocorrer nas escolas e não nos alunos, pois um projeto educacional inclusivo precisa ser humanizado, sem menosprezar a aplicação dos conteúdos científicos, com o objetivo de instruir e não dominar e domesticar o educando.

No entanto, o que se observa é que, infelizmente, o método tradicional ainda é muito presente nas escolas do século XXI e não tem abarcado as mudanças necessárias para o desenvolvimento da inclusão. Esse tipo de metodologia conservadora sem nenhum aperfeiçoamento, já não obtém o mesmo êxito que antigamente, por isso é necessário repensá-lo, não permanecer na mesma lógica educativa, adotada há anos.

Para melhor ilustrar o cenário de uma ideologia que insiste em permanecer na alma e na vida dos educadores a frase de uma famosa música popular brasileira de Dorival Caymmi: “Eu nasci assim, eu cresci assim e vou morrer assim...” se aplica muito bem.

São pensamentos como esses que permeiam nossa educação há séculos. Algumas instituições insistem em mantê-los para justificar um trabalho que investe em uma estrutura de sociedade excludente, onde o “mundo” dos ditos normais é o ideal de se viver.

Nesse contexto, tem-se percebido que há os profissionais que não se preocupam com as reviravoltas ocorridas pelo mundo, nos últimos anos. Entretanto, existem também os profissionais que mantêm uma postura de vigilância e preocupação com as mudanças que ocorrem em seu contexto e fora dele. Além disso, essas pes-

soas estão sempre atentas às mudanças e, principalmente, dispostos a superar os velhos paradigmas educacionais, abrindo espaço para acolher e conviver com a diversidade humana.

Mas, a responsabilidade não pode ficar restrita ao professor. Ela tem que ser compartilhada com todo o corpo da escola, com a família, com a sociedade e com os governantes. Esses, além de aprovar leis, também têm que viabilizar estrutura para a inclusão da pessoa com deficiência nos vários espaços sociais como a escola, garantindo pessoal técnico capacitado e fornecer aparato didático-pedagógico para viabilizar a aprendizagem com qualidade e igualdade de direitos.

Dentro desse contexto Campbell (2009, p. 39) ao falar sobre o fracasso escolar afirma que

Nosso sistema público de ensino vem contraditoriamente gerando analfabetos, e a absoluta incapacidade da escola em reter a clientela não tem contrapartida nas preocupações e nas ações efetivas dos educadores e, menos ainda, nas políticas educacionais.

Ao se referir sobre a pessoa com deficiência auditiva Campbell (2009, p. 103) traz presente a preocupação do desconhecimento da população escolar: “O desconhecimento da surdez e do seu portador, por parte dos professores e da comunidade escolar em geral, dificulta a permanência e a sistematização de sua vida acadêmica”.

Sendo assim, observa-se que a exclusão ocorre simplesmente pelo fato do aluno especial não se enquadrar nos padrões científicos do saber. O próprio sistema de ensino, os currículos escolares não facilitam a interdisciplinaridade e tem dificultado o desenrolar desse processo.

Com isso, faz-se necessário repensar toda a trajetória escolar percorrida até os dias atuais. “[...] Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças [...]” (MANTOAN, 2006, p. 16).

Logo, esses alunos não deveriam ser avaliados com os mesmos critérios que os demais. Seu desenvolvimento deve ser acompanhado, levando em consideração o mais dos remotos avanços na sua carreira estudantil.

Cabendo ao professor, elaborar aulas com atividades lúdicas, atuar como mediador do conhecimento, associar teoria à prática, conforme está descrito no Art.

61 da LDB. Essas práticas devem conduzi-los à socialização sem inibir a sua participação em sala de aula ou em qualquer outro ambiente. Como também, deve incentivar o raciocínio lógico, o senso-crítico, as relações sócio-afetivas, linguísticas, políticas e culturais, respeitando suas limitações e o seu ritmo e nível escolar, pois o surdo tem capacidade de se desenvolver na mesma proporção que um aluno ouvinte, caso ele seja bem assistido.

Para tanto, é necessária a modificação de cada uma dessas peculiaridades para que se incorporem aos moldes inclusivistas, na tentativa de efetivar a inclusão educacional dos surdos nas escolas de ensino regular.

Nessa perspectiva, os cursos de Formação Superior de Magistério devem implantar em suas grades curriculares a LIBRAS como disciplina obrigatória, sendo para os demais cursos, disciplina opcional, de acordo com o artigo 4º da LEI 10.436/2002:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Com essa determinação no âmbito educacional imposta pelo governo acreditava-se em muitas mudanças, já que todos teriam de pô-la em prática e disseminar o uso da LIBRAS.

A preocupação agora seria de como promover uma escola acessível, pronta para receber qualquer tipo de adversidade, que possibilitasse ou viabilizasse a inclusão dos surdos no ensino regular. Caso isso não ocorresse aconteceria o que diz (PIETRO, 2006, p. 36): “[...] eles podem ter acesso à escola, ou nela permanecer, apenas para atender a uma exigência legal, sem que isso signifique reconhecimento de sua igualdade de direitos.”

Nessa perspectiva, Campbell (2009, p. 39) afirma que:

Os alunos surdos apresentam uma série de dificuldades no processo ensino-aprendizagem muito peculiares e inerentes à sua deficiência e que são bem visíveis na leitura e na escrita, o que nos remete aos problemas de linguagem associados aos surdos na metodologia utilizada na sua educação.

Desse modo, o surdo vivencia a “exclusão em plena inclusão”. Eles estão presentes nas salas de aulas comuns, sem adquirir o pleno desenvolvimento educacional, cumprindo apenas as normas impostas pelo governo, no qual o lema é “Educação para todos!”, sem oferecer condições para que o mesmo possa prosseguir na vida acadêmica.

Essa acomodação da estrutura governamental evita maiores transtornos para os órgãos competentes, acreditando que a simples matrícula de um aluno especial numa escola comum é suficiente.

Leis e decretos não são satisfatórios para viabilizar todos esses desafios, já que os governantes os sancionam sem levar em consideração uma série de fatores que impossibilita o bom desempenho do processo ensino-aprendizagem dessas pessoas com necessidade de atendimento diferenciado.

O fato do Brasil não disponibilizar de uma própria metodologia de ensino voltada para os surdos, prejudica o desenvolvimento educacional dos mesmos. O modelo metodológico americano adotado na realidade brasileira não se enquadra nos padrões educacionais do Brasil. A cultura, a língua e a estrutura social, econômica, política, rural e urbana, diferem da existente nesses países.

A tentativa do governo de enquadrar a realidade brasileira aos moldes americanos ou europeus não condiz com o que existe na educação atual gerando o fenômeno do fracasso escolar.

Sendo assim, Mantoan (2006, p. 27).

[...] É um engano pensar que as escolas de países mais avançados e mais ricos são melhores que as nossas. Elas podem apresentar índices menores de desaprovação, pois esses países não têm problemas de superpopulação na idade escolar e de aumento constante desse segmento, principalmente nas grandes cidades [...].

Faz-se necessário desenvolver práticas pedagógicas levando em consideração todos os fatores sociais existentes no país que prejudicam o bom desempenho do aluno e denigrem a credibilidade do ensino no país.

Para uma escola ser considerada inclusiva, ela precisa não somente da acessibilidade na sua estrutura física ou ter em sua clientela alunos com necessidades educativas especiais, mas torna-se fundamental, conforme Fonseca (2004, p. 41):

[...] Assegurar a todos os estudantes, sem exceção, independentemente da sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiológica, a igualdade de oportunidades educativas, para que, desse modo, possam usufruir de serviços educativos de qualidade [...].

Apesar das dificuldades, a implementação desse direito para o surdo tornou-se um dos obstáculos a ser enfrentado pelo Estado da Paraíba, mais especificamente, a capital João Pessoa, de onde partiu todo processo de luta e inclusão para com a pessoa com deficiência no Estado.

## **2.1 A inclusão na Paraíba**

As primeiras iniciativas de inclusão educacional na Paraíba tiveram início na capital João Pessoa, em 16 de agosto de 1943. Assim como ocorreu no Brasil, o crescimento dessa nova modalidade de ensino começou por iniciativas de pessoas com deficiência, entidades filantrópicas e alguns educadores, que sensibilizados com essa causa se uniram com a finalidade de reivindicar, perante o governo os direitos dos deficientes paraibanos. Com grandes esforços, obtiveram resultados significativos para esse movimento educacional considerado precursor da inclusão nesse Estado.

Segundo Holanda (2008), o movimento pela Educação Especial da Paraíba começou com a criação do Instituto de Neuropsiquiatria Infantil em 1943. Foi um espaço criado para receber essas pessoas, que eram enquadradas e tratadas no modelo médico, pois ainda não existiam profissionais preparados para desenvolver atividades educativas no intuito de encaminhá-los para uma vida em sociedade.

Com a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 29 de março de 1957, os surdos passaram a ser atendidos nessa instituição.

As despesas dessa Instituição filantrópica ficavam a cargo do estado, que, por descaso, em 1968, não quitou os seus débitos e ocasionou o fechamento da APAE, fazendo com que as crianças perdessem esse espaço. Mas em 1981, ela voltou a funcionar e até hoje permanece de portas abertas e é tida como uma das instituições mais sérias da Paraíba, sendo pioneira no cuidado com os surdos (HOLLANDA, 2008).

Com a Lei Federal nº 72.425, promulgada em 1973, na Paraíba, ocorreu a criação da primeira Escola de Educação Especial em 03 de setembro do mesmo ano, atendendo 12 crianças surdas e mantida com recursos do Estado.

Sendo assim, Holanda (2008, p. 46).

[...] desde a fundação, a Escola Estadual de Educação Especial oferecia uma proposta de atendimento especializado, numa atuação clínica e educacional, com atendimento médico e psicológico, fonoaudiólogo, fisioterapêutico, odontológico e psiquiátrico [...].

No entanto, um grupo de surdos foi transferido para outro espaço entre os anos de 1975 e 1977. Esse fato culminou na criação da primeira escola estadual que possuía o ensino voltado exclusivamente para educação dos surdos - “Escola Estadual de Audiocomunicação”.

Tempos mais tarde, essa escola passou a receber outras deficiências e também alunos “normais” para que adquirissem o ensino fundamental. Até surgir o desafio de incluir o aluno com necessidades educativas especiais em um ambiente de ensino regular, a escola de Audiocomunicação dominava as peculiaridades de um ensino especial, mas com o passar dos anos ela foi perdendo suas características e se tornou uma escola de ensino regular.

Em 1980, as instituições começaram a priorizar o atendimento aos surdos no Brasil. João Pessoa aderiu ao Sistema Universal Verbotonal de Audição Gubernativa - SUVAG. Esse sistema chegou à Paraíba depois de um convênio firmado com a Universidade Federal da Paraíba, em 1984.

Esse convênio servia de apoio aos universitários excepcionais, utilizando uma metodologia verbal para educação dos surdos, com o intuito de torná-los cidadãos atuantes no meio social e, para isso, dispunha de vários recursos que viesse a viabilizar essa formação.

No que compete ao estado da Paraíba, com relação à assistência da pessoa com deficiência, mais especificamente o surdo, dispõe dos serviços oferecidos pelo Centro Integrado de Apoio ao Deficiente, conhecido atualmente como a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - FUNAD, que atua desde 1989.

Esse órgão profissionaliza, reabilita e busca capacitar o surdo para o mercado de trabalho e para conquistar a sua independência financeira e pessoal. Essa Insti-

tuição deveria servir de apoio a todos os órgãos paraibanos de Educação Especial, fosse ele estatal ou privado, já que possui todos os meios legais e mecanismos para realizar a inclusão educacional e social: “a FUNAD tem a missão de ser uma base de sustentação e orientação, democratização e apoio para as demais instituições de educação especial do Estado (HOLANDA, 2008, p. 70)”.

João Pessoa dispõe de associações de surdos, que contribuem para formação e inclusão dos mesmos, com cursos profissionalizantes e de LIBRAS. Porém, nas demais regiões do Estado ainda se percebe a existência de muitos outros obstáculos a serem superados, pois os órgãos públicos não oferecem intérpretes suficientes para suprir as necessidades dos surdos como em hospitais, postos médicos, universidades, delegacias, escolas entre outros, dificultando a comunicação e inclusão desses indivíduos, privando-os de seus direitos já garantidos por lei.

Daí a importância do Bilinguismo para o surdo, pois auxilia na comunicação dos surdos com ouvintes, dos ouvintes com os surdos e entre os surdos, ajudando-os a interagir melhor com o meio, além de facilitar a troca de experiências, anseios, ideias e pensamentos.

Dentro da perspectiva da comunicação e da tecnologia, os aparelhos eletrônicos como as TVs com legenda, aparelhos celulares com programas que facilitam a comunicação, computadores, a Internet com as redes sociais que conectam os surdos de todo o mundo a um só ambiente e são meios bastante utilizados por eles.

“Fazer fazendo”, um dito popular também foi adotado como lema pelos profissionais paraibanos que iniciaram os trabalhos nessas instituições. Devido a falta de capacitação tiveram que criar suas próprias técnicas, já que a inclusão foi imposta aos mesmos.

Eles não tinham conhecimento algum acerca da Educação Especial, nem sabiam como lidar com a adversidade no cotidiano. E poucos são, ainda hoje, os profissionais que se destacam nessa área de trabalho. Valendo ressaltar que a motivação para o êxito dessa atuação é, basicamente, pessoal, ou seja, isso se deve pelo fato de serem apaixonados pela causa.

Há de se considerar que somente o amor pela causa não é suficiente para que haja uma inclusão efetiva do surdo na sociedade e no meio educacional. Torna-se necessária a habilitação profissional no sentido de que este saiba agir nas diferentes situações que um aluno com deficiência apresenta no meio em que está inserido.

Lima (1998), citando Glatt (1998, p. 28), postula que

A sociedade inclusiva é a utopia do mundo perfeito, se me permitem a superficialidade da comparação, é semelhante à utopia do socialismo: a cada um de acordo com suas possibilidades, a cada um de acordo com suas necessidades. Mas o socialismo não deu certo. A ideia é perfeita, mas as propostas, os programas não foram bem idealizados e/ou implementados.

Mas a preocupação com essa falta de profissionais especializados chegou até as Instituições de Ensino Superior, que abriram suas portas para a inclusão. Contudo, apenas um pequeno número de surdos é contemplado com esse acesso às Universidades, devido o grau de escolaridade ser inferior ao que é exigido nos exames de seleção.

O fato de abrirem suas portas e permitirem o acesso dos surdos a cursos superiores não significa que as universidades estejam preparadas. Aos poucos, elas têm criado mecanismos de apoio para essa nova clientela. No que diz respeito à estrutura física, a maioria se encontra preparada para o acolhimento de alunos com impedimentos de qualquer natureza.

Acessibilidade é algo muito que vai muito além de preparação de espaços físicos, construções de rampas, banheiros adaptados, instalações de elevadores. A educação, a sociedade e a cultura devem se tornar acessível aos surdos e às demais deficiências. Todos os meios podem ser adequados à proposta da inclusão, basta respeitar o tempo necessário para as modificações de cada um.

Sendo assim, a inclusão tem tentado por fim ao preconceito através do convívio de surdos e ouvintes em salas de ensino regular, mas esse processo tem de ocorrer em todos os espaços da sociedade.

Numa sociedade que considera as pessoas deficientes como mão de obra improdutiva no mundo capitalista (GODOY, 2002), essa abertura do ambiente escolar contribui para abolir a exclusão e a segregação de pessoas com deficiência. A inclusão favorece a essas pessoas a oportunidade de provarem que são capazes de superar suas dificuldades e de conviver de forma harmônica em seu contexto social.

Nesta perspectiva, Holanda (2008, p. 33) chama a atenção para a visão ingênua que se tem da inclusão. Segundo a autora:

Acreditamos na inclusão social, geral e em curto espaço de tempo, como propõem as leis. Está implícito, no acontecer da inclusão, todo um processo de transformação, de mudança social, cultural e educacional, para que seus

princípios sejam internalizados e estabelecidos. Contudo, para viver e fazer a inclusão não podemos, estaticamente, esperar que essas mudanças se concretizem. É preciso, com as ferramentas que temos, fazê-la acontecer progressivamente.

Na cidade de Pombal/PB, a socialização e educação dos surdos não se deram de modo contrário ao ocorrido no Brasil e na cidade de João Pessoa/PB. Seu início ocorreu a partir de iniciativas particularidades de pessoas comprometidas com a sua comunidade ou por terem em sua família algum deficiente, que até então, era excluído do âmbito social, por não ser considerado capaz de desenvolver habilidades e competências, devido à suas limitações.

Em seguida, foram organizadas associações como: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA) e Associação de Surdos de Pombal (ASBAL) constituída por pais e pelos próprios surdos. Essas instituições foram criadas com o fim de mobilizar a sociedade e sensibilizar os políticos para auxiliá-los na busca por recursos, no intuito de possibilitar meios que garantam a efetivação de seus direitos.

Para Holanda (2008, p. 64) a partir da perspectiva do processo histórico feita na cidade de João Pessoa/PB, percebe-se que:

O que se espera agora, na era da inclusão, é que se supere a marca da exclusão e que a sociedade realmente se prepare para receber a adversidade e, sem atitudes piegas, busque alternativas dignas e respeitadas para as pessoas excluídas.

Com isso, observa-se que as inúmeras formas históricas de preconceito disseminadas na sociedade, como por exemplo, a relacionada à "norma da fala", tem tornado a pessoa com deficiência auditiva um ser inferior ao ouvinte, seja no seio familiar ou no âmbito social.

As pessoas consideradas "normais" por utilizarem a fala como forma de comunicação geralmente não aceitam a LIBRAS como um meio eficaz de o deficiente auditivo expressar suas opiniões, sentimentos e ideias. O que se observa é que muitos agem dessa forma devido ao preconceito histórico e cultural, ou por, simplesmente, falta de conhecimento da linguagem de sinais.

Atitudes como essas é que tornam o discurso 'inclusivo' contraditório como a falta de metodologias adequadas para a aprendizagem da pessoa com deficiência

auditiva, qualificação dos profissionais da educação, falta de divulgação das leis e decretos que amparam essa população.

A partir das lutas e movimentos em prol da melhoria das condições sociais das pessoas com deficiência auditiva, verificou-se algumas conquistas com leis que os aparam e que quebraram alguns paradigmas que persistiam há séculos: o surdo sempre foi visto como um ser incapaz de desenvolver suas atividades cotidianas e garantir seu próprio sustento. Sendo tidos como deficientes ou doentes mentais, tratados como 'coitadinhos' e até mesmo impossibilitados de constituírem famílias.

Diante de tudo isso, percebe-se que as medidas tomadas até então, não são suficientes para que a modalidade de ensino inclusivo se torne o meio único e eficaz para a escolarização dos surdos e sua inserção social.

### 3 METODOLOGIA

A construção desse trabalho se deu através de um levantamento teórico por meio de livros e periódicos científicos eletrônicos. Na construção metodológica se utilizou a abordagem qualitativa, na perspectiva de Minayo (1994) na qual dá importância ao discurso do sujeito entrevistado, levando em consideração os aspectos apontados pela literatura pesquisada.

No que se refere à pesquisa qualitativa, Minayo, (1994, p. 21-22) faz a seguinte colocação:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para a coleta dos dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com 14 perguntas, sendo 05 pertencentes aos dados sócio-demográficos e 09 direcionadas aos objetivos da pesquisa, as quais visavam obter a percepção dos entrevistados acerca da eficácia da inclusão no processo educacional dos surdos na cidade de Pombal/PB.

Segundo Minayo (1994, p. 57) a entrevista busca,

[...] obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma nova conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Conforme a mesma autora “a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais” (MINAYO, 1994, p. 57).

No intuito de facilitar a compreensão das informações de modo mais preciso no momento da pesquisa, a presença de um intérprete de LIBRAS se fez necessária, com exceção de um dos entrevistados que fala português de modo fluente e que faz uso de aparelho auditivo.

As entrevistas tiveram a duração de aproximadamente uma hora, sendo realizadas no local escolhido pelos entrevistados para que ocorresse de modo espontâ-

neo e para que os entrevistados pudessem se sentir à vontade para responderem as questões. As entrevistas foram transcritas na íntegra.

Na seleção dos participantes levou-se em consideração o nível de conhecimento a respeito das políticas públicas do Brasil, com relação às pessoas com deficiência auditiva. Tomando como princípios o grau de escolaridade a influência na comunidade surda do próprio município, e a participação ativa no processo educacional, seja como aluno ou instrutor de LIBRAS.

A pesquisa foi dividida em três etapas, no início é apresentado um breve relato histórico sobre as primeiras iniciativas de educar a pessoa com deficiência auditiva desde os primórdios da civilização até os dias atuais, no Brasil, no Estado da Paraíba e também no município de Pombal.

Por fim, a última etapa dedica-se a análise das entrevistas e elaboração da pesquisa, baseada nos dados empíricos coletados buscando entender o porquê dos surdos não concordarem com o processo de inclusão escolar que ocorre no Brasil.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Para iniciar a pesquisa foram selecionadas quatro pessoas surdas (três homens e uma mulher) que residem na cidade de Pombal/PB e que tem algum tipo de envolvimento e conhecimento acerca das Políticas Públicas da Educação no Brasil e da trajetória educacional dos surdos na cidade.

Além desses fatores, também foi levado em consideração a história de vida e a influência de cada um na comunidade surda.

Os entrevistados, em sua maioria, atuam como instrutores de LIBRAS nas redes estaduais e municipais da cidade de Pombal/PB e em outros municípios da região.

Como forma de preservar a integridade desses colaboradores e para que os mesmos se sentissem mais a vontade em seus comentários, optou-se por utilizar pseudônimos nas identificações para preservar a identidade dos entrevistados, conforme a Resolução 196/96.

As idades variam de 22 a 54 anos. Desses, três possuem o ensino superior incompleto e apenas um tem o ensino médio completo e três possuem cursos para instrutor de Língua de Sinais.

Quanto à religião três são Católicos e um é Testemunha de Jeová.

Para melhor situar a pesquisa, a seguir serão apresentados alguns dados pessoais importantes que compõem a trajetória educacional dos deficientes auditivos entrevistados.

**Maria** – Começou seus estudos aos 4 anos de idade numa escola particular que tinha um ensino voltado para ouvintes. Aos 5 anos, foi estudar em outro município onde tinha escola especial e com 7 anos regressou à Pombal para continuar seus estudos numa escola especial recentemente aberta. Aos 14 anos, estudou nas escolas de ensino regular, sem auxílio de intérpretes e lá recebia instruções através do Oralismo. Ingressou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) aos 26 anos, no ano de 2006.

A mesma conheceu a LIBRAS no seio familiar, já que os membros de sua família são, em sua maioria, surdos e a Língua de Sinais é o único meio de comunicação entre eles. Através das associações sempre teve contato com outros surdos.

**José** - Até os 5 anos de idade, recebeu uma educação doméstica aplicada pela própria mãe que, preocupada com a formação do filho, sempre buscou conhe-

cimento em LIBRAS com instrutores para ensiná-lo. Aos 6 anos, já alfabetizado, continuou os estudos numa escola de ensino especial, onde estudou de 1º à 3º séries e, com a inclusão, teve que ingressar numa escola regular.

Em 2011, ingressou no curso de Letras/LIBRAS na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

**Francisco** - Estudou em Recife, numa escola de ensino regular. Muito curioso em casa, perguntava aos pais os nomes dos objetos, com isso aprendeu a ler sozinho. Em seguida, foi estudar na capital João Pessoa/PB e lá conheceu a LIBRAS e, por ser o mais velho do grupo, aprendeu LIBRAS e foi apelidado carinhosamente pelos outros surdos de “vovô”, por ser o pioneiro na divulgação da LIBRAS na cidade e no estado da Paraíba.

**João**- Iniciou os estudos aos 4 anos de idade e sempre estudou em escolas de ensino regular. No ano de 2011, aos 19 anos, ingressou na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no curso de Engenharia Ambiental. O mesmo faz uso de aparelho auditivo e nunca teve contato com outros surdos nem faz uso da LIBRAS.

As entrevistas realizadas tiveram por objetivo saber o posicionamento dos entrevistados acerca da inclusão dos surdos na cidade de Pombal/PB, tomando o cuidado para não influenciá-los em nenhuma das respostas.

O principal objetivo da inclusão é o de fornecer subsídios necessários para a integração dos deficientes na sociedade e nas escolas regulares. Blanco (1998) afirma que a inclusão é uma iniciativa da educação comum e está ligada à modificação da estrutura e do funcionamento das escolas, de modo que se tenha lugar para todas as diferenças. Isso se fortaleceu a partir da Declaração de Salamanca no ano de 1994.

Mesmo tendo o aval desse documento e de tantos outros, a luta por melhores condições de vida para as pessoas com deficiência auditiva e para viver em uma sociedade que o respeite, é uma constante. São pessoas que falam, escutam e têm habilidades cognitivas normais, pois “a surdez, mesmo afetando algumas experiências de vida, não limita a inteligência, a capacidade emocional ou o desenvolvimento e maturações normais (PETEAN; BORGES, 2003, p. 195)”. Daí a importância de serem escutadas para que se possa conhecer o que pensam sobre a inclusão que está acontecendo em todo o território nacional e em todas as escolas da federação.

Para compreender melhor a inclusão, a partir da perspectiva da pessoa com deficiência auditiva, foi levado em consideração nas entrevistas os temas atuais que são: inclusão escolar (aspectos positivos e negativos); bilinguismo; o papel do professor e do intérprete; escolas especiais e escolas regulares; a melhor maneira de instruir o aluno surdo e, por fim, o melhor caminho para que a inclusão aconteça de fato.

#### **4.1 Inclusão escolar (aspectos positivos e negativos)**

Ao serem indagados sobre a inclusão escolar dos surdos na cidade de Pomal/PB, os entrevistados expressaram suas opiniões afirmando que as determinações impostas pelo governo trouxeram mais transtornos do que benefícios para os deficientes auditivos conforme pode ser observado nos depoimentos a seguir:

*“Inclusão é ruim, os ouvintes aprendem e os surdos... nada, os professores pensam que é tudo igual” (Francisco);*

*“Inclusão bagunça cabeça dos surdos, melhor quando era separado, professor dava atenção ao surdo” (José);*

*“Para as demais deficiências é boa porque ouvem, mas para os surdos é muito difícil, sua primeira língua LIBRAS não é trabalhada, português é que é trabalhado. Sou a favor da Inclusão caso o surdo já tenha conhecimento de ambas as línguas, se o surdo demora a aprender o professor deve modificar as estratégias de ensino, para que ele se interesse e aprenda” (Maria);*

*“Percebo que a inclusão escolar deve ser estabelecida desde os primeiros contatos da pessoa com deficiência, seja qual for o grau de necessidade, seja qual for o problema específico total ou parcial. Há 15 (quinze) anos, estou convivendo com essa necessidade de aprender a lidar com minhas limitações, embora hoje tenha políticas públicas ou até federais sobre os direitos humanos, de apoio aos deficientes de todos os graus em questão que levem a benefícios e promoções para que eles possam se encontrar em suas limitações, dando-os ânimo para vencer a jornada da vida, com garra, perseverança e igualdade. Se é que existe a tal política eu particularmente não as encontro em meu caminho escolar” (João).*

Observa-se que nas falas dos entrevistados fica nítido o desconhecimento das políticas públicas educacionais voltadas para eles, embora tenham sido escolhidos para esse estudo tendo como critério de participação o engajamento social e político.

O exercício da cidadania é um direito de todos os brasileiros, para tanto, conforme Campbell (2009, p. 35) “A cidadania plena só é alcançada quando o cidadão

possui condições de exercer os seus direitos, e esta condição é dada pelo domínio da leitura e da escrita, que ainda mais lhe garante melhor qualidade de vida".

Nesta perspectiva, Mantoan (2006, p. 31) afirma que

Os caminhos propostos por nossas políticas de educação continuam insistindo em "apagar incêndios". Elas não avançam como deveriam as inovações e não questionam a produção da identidade e da diferença nas escolas. Continuam mantendo um distanciamento das verdadeiras questões que levam à exclusão escolar.

Na prática, os entrevistados não concordam com a política da inclusão escolar e se sentem excluídos dentro de um espaço que deveria proporcionar a inclusão social e o conhecimento. É evidente nos depoimentos dos entrevistados a indignação e o posicionamento contrário ao modelo de educação inclusiva estabelecido no âmbito escolar: "*Inclusão é ruim [...]*"; "*Inclusão bagunça cabeça dos surdos [...]*"; "*Para as demais deficiências é boa porque ouvem, mas para os surdos é muito difícil [...]*"; "*[...] Se é que existe a tal política eu particularmente não as encontro em meu caminho escolar [...]*".

As escolas de ensino regular ainda utilizam, em sua maioria, uma metodologia oralista, numa perspectiva mais tradicional de aulas expositivas e dialogadas. Têm como recursos apenas a utilização do livro-didático, quadro e giz em sala de aula, onde o único modo de saber se aluno está adquirindo conhecimento é a reprodução do conteúdo ministrado.

A partir dessa perspectiva tradicional do ensino fica difícil encontrar um método eficaz para intermediar a aprendizagem do surdo, já que o mesmo não se enquadra nos modelos já existentes de avaliação. O que o sistema propõe é a implantação para o surdo da mesma forma de avaliação que foi elaborada exclusivamente para avaliar o nível de aprendizagem do ouvinte. Logo, a educação inclusiva é uma proposta inovadora com características antigas que não consegue corresponder à realidade vivenciada pelo surdo nas escolas, onde faltam os meios necessários para o desenvolvimento integral do aluno e da sua autonomia.

Segundo Dorziat (2011, p. 28):

A iniciativa de garantia de entrada de todas as crianças na escola é, sem dúvidas, importante, porque atende ao princípio fundamental de direito de todos à educação. Entretanto, isso não basta. Se não houver movimentos pedagógicos que se debrucem sobre o aluno real, sobre suas formas de re-

apresentação, criando espaços de diálogo entre eles estar-se-á promovendo outros tipos de exclusão.

Um dos primeiros passos para a inclusão do aluno surdo seria o respeito à sua língua materna que é a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. O que se observa na prática é a exigência pela aprendizagem da Língua Portuguesa, invertendo a lógica natural da aprendizagem do surdo, como por exemplo: para que um ouvinte aprenda uma língua estrangeira como o inglês, ele primeiro é instruído no português (sua língua materna), só assim ele aumenta a probabilidade de adquirir o domínio sobre o idioma almejado. Para o surdo não é diferente, faz-se necessário aprender a LIBRAS para posteriormente, compreender a Língua Portuguesa e suas variações.

Para os deficientes auditivos a aprendizagem só chega se o mesmo já conhecer a língua de sinais, pois nas escolas de ensino regular somente a língua portuguesa é explorada e exigida. "Sem dúvidas é impensável a inclusão de surdos que não considere a língua de sinais" (DORZIAT, 2011, p. 26).

Dorziat (2011, p. 22) ainda afirma que,

Nesse emaranhado tecido social, existem as pessoas surdas, que compartilham língua própria e, por extensão, forma particular de perceber o mundo, muito marcada pelas experiências visuais. Esse grupo de pessoas - assim como outros tradicionalmente atendidos por sistemas especiais de educação ou marginalizados do sistema - é alvo de políticas públicas educacionais específicas, a chamada política de inclusão.

Além das políticas públicas, a falta de preparação dos professores evidencia a dificuldade para o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo e para a relação professor-aluno. Na fala dos entrevistados observamos o quanto eles sentem a ausência desse professor-mediador na trajetória escolar:

*"Ficam sem aprender, para os ouvintes é como se tivessem bebendo água e o surdo só derramando água sem tomar nada" (Francisco);*

*"Porque os professores ficam só explicando e o surdo fica aéreo sem entender nada, o português é muito exigido e fica difícil para o surdo" (José);*

*"Falta de interprete, o professor não sabe nada de LIBRAS, os demais alunos também e isso leva o surdo ao isolamento, triste sem amigos não consegue desenvolver em sala de aula" (Maria);*

*[...] "os professores nem sequer estavam preparados para me animar nos momentos mais difíceis na escola, claro que tive professores bacanas, que fizeram o meu dia mais claro que a luz do sol, mas a maioria não saberia me dar os devidos cuidados não conheceram minha devida limitação. [...] Muitos dos meus muitos amigos, que encontrei pelo caminho souberam me*

*ajudar na hora exata, o que meus professores não souberam. Alguns professores recitavam textos orais e sem o uso do quadro, o que me fez atrasar muito o meu raciocínio, esse foi o maior problema” (João).*

Nesta perspectiva, estudos realizados sobre os surdos na escola Dorziat (2011) verificaram que não há envolvimento dos professores com os alunos surdos, deixando essa tarefa a cargo dos intérpretes, valendo ressaltar que "a presença do intérprete em sala de aula não é suficiente para se empreender verdadeiro processo pedagógico (DORZIAT, 2011, p. 42)".

Mais uma vez vem à tona o despreparo não só das instituições de ensino, mas também dos profissionais que nelas atuam e a falta de intérpretes para atuarem na área. Dorziat, (2011, p. 22) destaca:

[...] Para tanto, toda a proposta de inclusão de surdos é respaldada na presença de um profissional em sala de aula - o intérprete. O proficiente em língua de sinais que, por saber ambas as línguas, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a portuguesa, serve de mediador entre o professor e os surdos, [...].

Para os idealizadores da política da educação inclusiva é necessário apenas a figura de um profissional capacitado (intérprete) que auxilie o surdo na comunicação e no repasse dos conteúdos escolares, já que para eles, o maior desafio da inclusão se limita apenas na comunicação.

Tudo isso sem levar em consideração o pequeno número desses profissionais em nosso país que, por esta razão, não conseguem atender a demanda existente. No entanto, a prática mostrou que o processo inclusivo é muito mais complexo e exige, não só os intérpretes, mas uma mobilização de todos os que fazem parte da escola como os gestores, professores, funcionários e alunos.

Ao se questionar os entrevistados sobre os pontos positivos e negativos da inclusão os entrevistados não demonstraram um posicionamento favorável a essa política, apontando como pontos positivos apenas aspectos fora do âmbito escolar. Entretanto, a escola é apontada nos aspectos negativos conforme se observa nas falas:

- Francisco:  
POSITIVOS: nenhum.  
NEGATIVOS: Os surdos passam de série sem aprender nada.

- José:  
POSITIVOS: nenhum.

*NEGATIVOS: Faltam instrutores de LIBRAS e intérpretes; Quando tem instrutor é pouco o tempo para ele trabalhar; O professor fica cobrando o português; O professor não conhece a cultura surda.*

*- Maria:*

*POSITIVOS: União dos deficientes; acessibilidade locomotora e ameniza os preconceitos.*

*NEGATIVOS: Faltam intérpretes nas escolas; o professor não sabe ensinar surdo; o surdo não entende português, principalmente fonética, os livros didáticos todos em português; a necessidade de aprender LIBRAS não é atendida nas escolas; fechamento de escolas surdas.*

*- João:*

*POSITIVOS: SUS; Sistema de cotas no ingresso acadêmico; Contratar deficientes para as empresas; Vagas restritas em concursos públicos e federais.*

*NEGATIVOS: Falta de divulgação sobre os direitos auditivos; Pagar selos pilhas do aparelho, já pagamos tantos impostos!; Escolas e universidades ainda sem o preparo adequado para atender as pessoas especiais.*

Não é a toa que, ao serem indagados sobre a preferência de "salas especiais" ou "escolas regulares", dos 04 entrevistados, 03 optaram pelas salas especiais e um pelo bilinguismo, independentemente se vai funcionar em apenas uma sala especial ou numa escola regular.

Nessa questão, a fala de João chama a atenção pelo fato dele ser deficiente auditivo moderado, por isso, o mesmo primeiro aponta a sua preferência pela escola regular, mas posteriormente, destaca como melhor escolha para o surdo, a sala especial.

Segundo o Professor Capovilla (2011), estudioso na área da educação inclusiva do surdo, em entrevista para Globo News no dia 26 do setembro de 2011 afirmou que:

O surdo aprende mais em escola bilíngue, mas o deficiente auditivo nas de ensino regular, por seu primeiro idioma ser o português, já que ele não nasceu surdo, e sim, aos poucos foi perdendo a audição. Por isso, para essas pessoas a inclusão se torna algo bom.

Vale salientar que o entrevistado João só faz uso da leitura orofacial, pois o mesmo não se expressa em LIBRAS por não conhecer a língua e não se identificar com nenhuma característica da cultura surda. O mesmo só faz uso do aparelho auditivo para facilitar sua comunicação e aprendizagem.

Porém, Witkoski (2009) faz uma alerta para a "mitificação da leitura labial". Segundo ela, o aluno surdo que estuda em uma escola regular, usando apenas a

leitura orofacial, não está sendo incluído, seu aprendizado nesse caso, é insignificante. Segundo Witkoski (2009, p. 569):

Considerar que o aluno surdo possa ser integrado/incluído na escola regular a partir da possibilidade de ele realizar leitura orofacial, sem acesso pelo menos a um intérprete em língua de sinais, é no mínimo uma justificativa ingênua de estar incluindo-o para excluir.

Nesta perspectiva Dorziat (2011, p. 24) afirma que:

Mesmo tomando essa visão técnica e metodológica, que envolve condições materiais, físicas, de capacitação e etc., presente na Declaração de Salamanca, podemos observar, assim como fazem Sousa e Goes (1999) que pouco ou quase nada tem sido feito para a melhoria das condições das escolas públicas. Elas, de forma geral, continuam a manter as mesmas e precárias condições oferecidas aos que já estavam supostamente incluídos.

Essas colocações das autoras supracitadas vêm ao encontro do que afirmam os entrevistados sobre como eles percebem as leis sancionadas pelo governo e sua aplicação prática. Segundo eles, as leis são boas, mas a falta fiscalização abre espaço para as negligências e as mesmas também parecem ser um tanto distantes da realidade de cada um, como bem expressa:

*Francisco: Em alguns casos sim em outros não, por falta de conhecimento, talvez no futuro todos possam conhecer e colocá-las em prática.*

*João: Até onde sei, estão sim sendo boas, mas nem todas. Acredito no potencial dessas leis, mas deveriam ser mais fiscalizadas e deveriam ter mais atenção, ou empenho, com um suporte mais adequado para as pessoas com necessidades especiais específicas de grau menor e maior.*

Como bem salientou Dorziat (2011, p. 24) as leis e a educação oferecida aos surdos são "precárias" e os mesmos ainda sofrem com uma educação que não foca o ensino, mas o atendimento histórico centrado no modelo médico que visa à recuperação do uso da fala por meio de treinos linguísticos.

Ao serem questionados sobre como se poderia melhorar a educação para os surdos no Brasil, os entrevistados apontaram a elaboração de um plano nacional voltado para educação dos surdos, além de oferecer qualificação para os professores; criar estratégias visuais de ensino; maior atuação para o instrutor visando a aplicação simultânea dos dois idiomas e, por fim, que seja trabalhado o respeito à cultura surda entre os estudantes.

A partir desses pontos observa-se que o trabalho que está sendo desenvolvido nas escolas não corresponde à realidade vivenciada pelos surdos. Conforme Dorziat (2011, p. 58):

As práticas que subjazem ao sistema educacional não tem representado o direito à educação dos surdos, enquanto materialização da concepção de educação plena, significativa, justa e participativa. Ao contrário, continuam ratificando um modelo educacional que discute educação só a partir e para alguns grupos de pessoas. Mostrou também que a inclusão escolar tem sido implementada, por decreto, sem que a escola seja abalada em suas convicções mais conservadoras.

Ao se questionar sobre a contribuição dos professores para o desenvolvimento dos surdos, os entrevistados deram as seguintes respostas:

*Francisco: É pouca porque eles não sabem LIBRAS, só mímica e isso não adianta.*

*José: Ajuda muito pouco, a falta de comunicação é uma grande barreira e o professor acaba negligenciando o surdo. Eu mesmo sofri bastante os professores facilitavam para mim, iam só empurrando de série em série.*

*Maria: Ele só tem ajudar se pesquisar associando desenhos a palavras, buscar conhecimento nas associações dos surdos, nas redes de computadores e não tratar os surdos com desprezo.*

*João: Muitos dos professores possuem conhecimento amplo e diversas áreas e diversas opiniões concretas sobre determinados problemas, onde se fazem presentes nos auxiliando melhor em nossas dúvidas científicas, alguns falam pausadamente para que eu entenda melhor o conteúdo e o que ele questiona; a metodologia deles são algumas rígidas ao extremo e outros não, mas possuem um quadro de avaliação que para mim é padrão para todos os alunos, mas no caso de quem possui uma deficiência mais acentuada ou severa ao extremo, acredito que são muitos os professores que não vão saber lidar com essa situação, fazendo-os mudar suas metodologias de ensino e avaliação.*

Diante das falas dos entrevistados observa-se que a contribuição dos professores é muito precária, ou seja, é insuficiente para a aprendizagem dos surdos e, muitos profissionais, ainda são indiferentes a essa população.

Em um estudo realizado com professores, Dorziat (2011) demonstra a insatisfação dos docentes em relação ao trabalho com alunos surdos e de não se sentirem capacitados para atuarem com essa população e pelo fato de não saberem LIBRAS para facilitar a comunicação e a relação professor – aluno, depositando no intérprete a responsabilidade da aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo.

Ao transferir a responsabilidade para o intérprete, o professor se acomoda diante da situação e, ao mesmo tempo, se torna dependente das avaliações realizadas por esse profissional. Com o vínculo estabelecido entre o intérprete e o aluno surdo, o professor passa a ter um papel secundário em sala de aula.

No entanto, esse aluno passa a se sentir negligenciado, abandonado e desprezado pelo professor que deveria tratar a todos com igualdade, independentemente de sua deficiência. A partir das palavras de Dorziat (2011, p. 59), vale esclarecer que “[...] o direito à igualdade não pode estar desvinculado do direito à diferença, se quisermos pensar em um ensino verdadeiramente democrático”.

Por fim, ao se indagar aos entrevistados se é a favor ou contra a inclusão educacional os mesmos responderam que:

*Francisco: Sou contra, os surdos não aprende o MEC tá fazendo igual ao passado com o método oralista que proibindo os surdos de sinalizar, só cobrando o português.*

*José: Sou contra, surdo não desenvolve, finge que aprende no futuro ele não vai saber de nada.*

*Maria: Sou contra, porque fico preocupada como os surdos vão aprender, eles perdem muito tempo da vida deles. Exemplo: Numa escola de surdo, todo mundo surdo, professor e alunos sem interpretes, ai você coloca um ouvinte dentro, como ele vai aprender? Ele vai se sentir desestimulado.*

*João: Sim. De certa forma, o programa auxilia muito ou bastante em relação ao quadro de deficiência, mas como cada um é único, e requer de um cuidado diferenciado, cabe aos órgãos públicos e privados escolherem suas técnicas para aplicar de maneira plausível ao meio social.*

Uma série de fatores contribuiu para que, de algum modo, a maioria dos entrevistados se posicionasse contra esse novo processo: a socialização forçada num ambiente escolar onde sua cultura não é trabalhada e sua identidade também não têm sido respeitadas; a cobrança excessiva da língua portuguesa - um idioma de difícil aprendizagem por parte dos deficientes auditivos, devido suas limitações; a utilização de uma metodologia que retarda o desenvolvimento escolar desses alunos; o fechamento das escolas especiais, onde eles aprendiam a LIBRAS, que nesse caso é fundamental para que em seguida, os surdos adquiram os conhecimentos escolares; além de eles terem sido privados do convívio com os demais membros de sua comunidade sinalizadora, deixando os surdos reféns apenas da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para se tornarem habilitados em sua língua materna.

Segundo Capovilla (2011), é totalmente errado o fechamento das escolas bilíngues, pois são nelas que os surdos aprendem LIBRAS, juntamente com sua comunidade sinalizadora, porque nesse convívio ele irá adquirindo sua língua materna. Essa é uma língua natural ao surdo e não pode ser adquirida em salas de atendimento específico. O principal recurso didático para que o surdo aprenda o português é a LIBRAS.

Dorziat (2011, p. 59-60) ao se referir as políticas públicas voltadas para inclusão afirma que:

[...] torna-se necessário que ressaltemos a importância de desvelar as intenções subjacentes às políticas públicas, que terminam por materializar uma pseudo-inclusão de surdos. [...] a defesa de uma educação de surdos que os valorize como membros de comunidade linguística diferenciada com modos diversos de apreensão, transmissão de valores, ideias e sentimentos, passa pela constatação de que a inclusão de surdos não é assegurada apenas com a presença do interprete, embora reconheçamos a importância desse profissional para a inclusão social dessas pessoas. Os surdos, assim, como os outros cidadãos, têm direitos fundamentais, entre eles e o mais importante é: vivenciar sua experiência humana de ser surdo em toda a extensão que isso representa.

Portanto, a educação inclusiva para os surdos tem muito a melhorar, segundo a perspectiva dos mesmos. Estar entre os “ditos normais” em uma escola não é garantia de aprendizagem e respeito. Não bastam as leis existirem a favor das pessoas com deficiência, elas precisam ser efetivadas na prática e no dia a dia da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar a percepção dos surdos do município de Pombal/PB acerca das políticas educacionais da inclusão. Os mesmos colocaram em evidência as principais dificuldades enfrentadas no processo educativo que se deu desde as primeiras iniciativas de particulares para retirar os surdos do estado de segregação imposta pela sociedade e tentar inseri-los no meio social e também no processo educacional.

Outro aspecto destacado nesse estudo é a precária relação professor/ aluno. Por não se sentirem capacitados para enfrentar essa nova clientela, o professor assume um papel secundário no processo de ensino e aprendizagem do surdo, deixando a cargo do intérprete todo o trabalho educativo.

O papel do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não deveria ultrapassar a função de intermediador das atividades educativas entre o professor e o aluno. Ele também é uma figura de fundamental importância, pois facilita a comunicação do surdo em todo o ambiente escolar.

Daí a evidente necessidade de se priorizar o ensino da LIBRAS, para escolarização do surdo, já que é o principal recurso didático para que o mesmo aprenda o português. Para tanto, é preciso que o surdo aprenda a LIBRAS, facilitando a obtenção da Língua Portuguesa como segundo idioma. Destaca-se o bilinguismo como fator essencial para um trabalho educativo com o surdo de qualidade.

Considerando todos esses fatores, notou-se que as falhas apontadas nessa abordagem têm se refletido na educação dos surdos de forma negativa, retardando o processo educacional dessa população, que acaba vivenciando uma exclusão frente a um processo que se diz "inclusivo".

As políticas educativas inclusivas não se resumem à implantação do termo inclusivo à escola ou ao simples fato de terem em suas instituições de ensino, a matrícula de alunos surdos. Muito menos por terem modificado seu espaço físico com construção de rampas, tornando-o acessível, e com a criação de Salas de Atendimento Específico (AEE), que tem tido pouca ou nenhuma serventia para os surdos, já que não têm profissionais com capacitação suficiente para atuar nesses espaços.

As escolas depois de anos da implantação desse “novo processo” educativo, não imprimiu as mudanças necessárias curriculares que garantam o desenvolvimento e permanência desses alunos.

Portanto, a inclusão que se vivencia é apenas uma ideologia, distante da realidade dos surdos e, para ocorrer de fato, a escola precisa aceitar o surdo em sua plenitude, respeitando sua identidade, limites e características culturais.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 72.425, de 3 de Julho de 1973.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2013

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2013.

CAMPBELL, S. I. **Múltiplas faces da Inclusão.** Rio de Janeiro: Wak, 2009.

CAPOVILLA, F. **Educação bilíngue de surdos.** Entrevista concedida ao Jornal da Globonews. 26 do setembro de 2011. Globonews TV. Rio de Janeiro, 2011.

CEGALLA, D. P. **Dicionário escolar em Língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

COSTA, M. da P. R. da. Orientações para ensinar o deficiente auditivo a se comunicar. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 01, n. 02, 1994. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141365381994000100010&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365381994000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 fev. 2013.

DAMÁZIO, M. F. M. **Deficiência auditiva.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DORZIAT, Ana (Org). **Estudos surdos: diferentes olhares.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

FARIA, E. M. de B. CAVALCANTE, M. C. B. (Organizadoras) **Língua portuguesa e LIBRAS: teoria e práticas 1.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FONSECA, V. Tendências futuras da educação inclusiva. In: HOLANDA, M. de F. D. **Memórias da educação especial: da integração à inclusão.** João Pessoa; Editora Universitária da UFPB, 2004. P.41.

GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GLATT, R. Inclusão Total: Mais uma utopia? In: LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

- GODOY, H. P. Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista. In: HOLANDA, M. de F. D. **Memórias da educação especial**: da integração à inclusão. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- HOLANDA, M. de F. D. **Memórias da educação especial**: da integração à inclusão. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.
- MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MONTE, F. R. F.; SANTOS, I. B. **Saberes e Práticas da Inclusão**; Brasília: MEC/SEESP. 2005.
- PETEAN, E. B. L.; BORGES, C. D. Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de Língua de Sinais na opinião das mães. **Pidéia**. Vol.12; n.24, p.195-204.
- SELEAU, B. **Inclusão na sala de aula**. 2 ed. São Luis/MA: Edfuma, 2010. Prefácio de Juan Mourinõ Mosquera.
- SKLIAR, C. **Educação e exclusão**. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.
- WITKOSKI, S. A. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**. Vol.14.n. 42, p.569.

## **ANEXO**

### **QUESTIONÁRIO**

- 01 - Qual é a sua opinião sobre a inclusão escolar no Brasil?
- 02-Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos surdos com a inclusão na escola?
- 03-Aponte os pontos positivos e negativos da inclusão;
- 04- Na sua opinião qual seria o método educacional mais eficaz para a aprendizagem do surdo na escola?
- 05-O que você prefere salas especiais ou a escola regular? Por quê?
- 06- Na sua opinião, as Leis sancionadas pelo governo vêm sendo aplicadas de forma eficaz na prática?
- 07- Para melhorar a educação dos surdos no Brasil, o que deve ser feito?
- 08-Qual a sua opinião sobre a contribuição dos professores da escola regular para o desenvolvimento do surdo.
- 09- Você é a favor ou contra a inclusão educacional? Por quê?